

IV Encontro da Rede de Estudos Rurais

Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político.

06 a 09 de julho de 2010

Curitiba- PR, Brasil

GT 2: Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários.

Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade

Eric Sabourin

CIRAD, département Environnement et Sociétés, Unité de Recherche “Politiques et marchés”
TA 88/15, 73 Rue J. F. Breton, 34398 Montpellier cedex 5, França

sabourin@cirad.fr

Resumo: A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, proponho uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade, entre outros, no mundo rural brasileiro objeto dessa comunicação. Como consequência, a concepção, a elaboração, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento rural, estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca. Este pensamento único se aplica também ao exercício crítico pela economia política que, ignorando a economia de reciprocidade, considera apenas a alienação do sistema de troca, quer dizer a exploração capitalista. Passa assim despercebida a força das formas de alienação específicas às relações de reciprocidade (em particular a opressão paternalista), que se aplicam também aos sistemas mistos associando práticas de troca e de reciprocidade, como é o caso no Brasil.

Résumé: A partir d'un bref exposé des principes de la théorie de la réciprocité en anthropologie économique, je propose une critique de la lecture des relations sociales et économiques par le seul prisme de l'échange marchand. Cette vision nie l'existence structurante de relations de réciprocité, entre autres dans cas du monde rural brésilien qui fait l'objet de cette communication. En conséquence, la conception, l'élaboration, la mise en œuvre et l'évaluation des politiques publiques de développement rural, se trouvent également formatées et réduites par une lecture exclusive du développement à partir du principe de l'échange. Cette pensée unique s'applique aussi à l'exercice critique par l'économie politique qui, ignorant l'économie de réciprocité, ne considère que l'aliénation propre au système de l'échange, à savoir l'exploitation capitaliste. La force des formes d'aliénation spécifiques aux relations de réciprocité (en particulier l'oppression paternaliste) est ainsi oubliée, alors que celles-ci s'appliquent dans les systèmes mixtes, associant pratiques d'échange et pratiques de réciprocité, comme c'est le cas au Brésil.

Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade

Eric Sabourin

Introdução

A comunicação trata dos aportes da teoria da reciprocidade para a leitura e a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento rural.

A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, proponho uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade, que não relevam da lógica da troca, no mundo rural brasileiro, entre outros. Como consequência, a concepção, elaboração, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento rural, estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca.

O objetivo do trabalho é, portanto, de propor elementos complementares para pensar as políticas e os instrumentos de desenvolvimento rural em situações que qualifico de mistas, quer dizer, associando práticas de troca e práticas de reciprocidade.

Um primeiro campo de aplicação tem a ver com as políticas dedicadas às agriculturas familiares e camponesas, pois essas categorias oferecem exemplos característicos de sistemas mistos. Trata-se também dos instrumentos de gestão dos recursos comuns e dos territórios.

A abordagem metodológica associa uma reflexão teórica, que aqui será apenas resumida e a evocação breve de alguns resultados de um trabalho empírico no tempo longo, mediante o acompanhamento dos processos de elaboração e aplicação de diversas políticas públicas de desenvolvimento rural, no Brasil como em outros países (Sabourin, 2009 b).

O texto é dividido em duas principais partes: i) a apresentação do referencial teórico e da teoria da reciprocidade; ii) a contribuição da teoria da reciprocidade para as políticas públicas, considerando três eixos: a questão da agricultura camponesa; a análise das políticas públicas; o aporte para pensar políticas públicas alternativas. Finalmente, como consideração final, é esboçada a questão da crítica da alienação na aplicação das políticas.

1. Antecedentes e referencial teórico

1.1. O que entendemos por reciprocidade?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (*dependência mútua, fato de ser solidário*) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos em particular nas sociedades, indígenas e camponesas (Mauss, 1923-24). Lévi-Strauss (1949) propôs um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações e estruturas de parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca.

Nos últimos anos, a sociologia se interessou pouco pela noção de reciprocidade, talvez por causa da universalização das relações de troca, sob sua forma material ou também simbólica (Bourdieu, 1994). É, portanto, o conceito da dádiva que foi repensado pelos sociólogos anti-utilitaristas (Godbout, 2000; Caillé, 1994) e inclusive proposto como um terceiro paradigma, face ao individualismo e ao holismo (Caillé, 2001). É, provavelmente, porque a dádiva se entende mais facilmente como um princípio oposto ao da troca. De fato, a reciprocidade, se sua definição permanece confinada à figura da dádiva/contra dádiva, é frequentemente confundida com uma troca simétrica. Entretanto, o grande mérito do renascimento dos trabalhos sobre a dádiva, em particular mediante o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais, o MAUSS, terá sido institucionalizar uma reflexão crítica sobre a naturalização da troca¹. Colocando em evidência a importância da reciprocidade das dádivas (a reciprocidade positiva), vários trabalhos fizeram emergir a necessidade de uma reflexão central sobre a reciprocidade em torno de uma teoria da dádiva, em particular com vários trabalhos recentes no Brasil (Martins, 2002; Martins e Nunes Ferreira, 2004; Martins e Campos, 2006). Paralelamente à renovação das pesquisas sobre o dom moderno, a antropologia e a sociologia econômica, em particular a partir dos trabalhos de Mauss e de Polanyi (1944, 1957) continuaram a trabalhar a noção de reciprocidade. Ela foi assim aplicada às relações de sociabilidade privada ou de sociabilidade primária (Caillé, 2001; Martins, 2002) e às prestações da economia chamada de não mercantil (Laville, 2000). No Brasil, a reciprocidade como princípio ou categoria econômica foi reabilitada recentemente a partir dos trabalhos referentes à economia solidária (Martins e Nunes Ferreira, 2004; Castel, 2006) e a partir de

¹ Revue du Mauss Semestrielle: www.revudumauss.org; Jornal do Mauss iberolatinoamericano : www.iberolatinoamericano.org

pesquisas no mundo rural (Oliveira & Duque, 2004; Menezes, 2006, Radomsky & Schneider, 2007; Godoi, 2009; Sabourin, 1999, 2004, 2006, 2009a, 2010).

1.2. Para uma teoria da reciprocidade

O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista socio-antropológico. *O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos.* O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, explica Chabal (1995) pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco a qual faz aparecer um Terceiro incluído na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo como o ser dessa relação e de dar conta dela como da estrutura originária da intersubjetividade, irredutível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida.

Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

O segundo elemento da teoria, e que participa do seu caráter universal, é que *a reciprocidade pode recobrir várias formas.* De forma geral, a antropologia e a etnologia consagraram sob essa terminologia apenas a reciprocidade das dádivas: oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch* que constituem o que Temple e Chabal (1995) designam pela *forma positiva* da reciprocidade. Mas existe, igualmente, uma forma de *reciprocidade negativa*, a dos ciclos de vingança. Diferentemente da troca cujo desenvolvimento ou extensão é associado à lógica de concorrência e de acumulação pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. Contudo, a sede de prestígio (fonte de autoridade, e portanto de poder, nas sociedades de reciprocidade) motiva o crescimento da dádiva “*mais eu dou, mais eu sou*”. Entre as expressões extremas das formas negativas e positivas da reciprocidade, as sociedades estabeleceram, então, diversas formas intermediárias. Trata-se, em particular, de controlar o crescimento da dádiva, a ostentação, o *potlatch*, a dádiva agonística que destruam e submetam o outro mediante o prestígio.

Em terceiro lugar, *as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas*, no sentido antropológico. Assim se declinam segundo algumas estruturas elementares, tais que elas foram propostas inicialmente por Mauss (1923-24), Lévi-Strauss (1949), Temple (1998) ou Anspach (2002). Essas relações de reciprocidade estruturadas sob sua forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. Esse elemento constitui, sem dúvidas, a parte mais complexa da teoria da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995). É o aspecto mais difícil de validar, visto que ele envolve não somente a produção de bens materiais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos. É também o elemento mais original e interessante da teoria, aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia humana.

O quarto elemento da teoria envolve os *diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos*. Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações) (Temple, 1997, 2003).

Para resumir, existem várias *estruturas fundamentais de reciprocidade* nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias *formas* de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis, formas se articulam para formar sistemas de reciprocidade.

Convém definir os limites da teoria da reciprocidade. Ela não nega a existência do princípio de troca, do ponto de vista econômico ou social, nem está propondo uma substituição sistemática das relações de troca por relações de reciprocidade. Apenas chama para uma dupla leitura. Pois, cada uma dessas lógicas podendo ser averiguadas nos fatos, elas podem prevalecer-se de vantagens respectivas e, principalmente, de conquistas, dentre as quais algumas são, sem dúvida, irreversíveis. Assim como o indica Temple (1997: 107) o reconhecimento científico e público da economia da reciprocidade permite delimitar uma articulação ou uma interface de sistema entre sistemas de troca e sistemas de reciprocidade. Este reconhecimento abre espaço para um debate entre os partidários de uma ou outra lógica. Tal debate permitiria tratar da natureza das organizações, da delegação do poder, das normas e princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, mais especificamente, dos valores que

devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Sem interface, o equívoco entre a natureza das lógicas de reciprocidade e de troca funciona para o exclusivo benefício da lógica de troca para a acumulação. Enquanto a economia política só reconhecer uma única lógica econômica, a da livre-troca, o pensamento único reinará, mesmo que escondido atrás de várias escolas ou teorias.

2. Contribuição da teoria da reciprocidade para as políticas públicas

2.1. Agriculturas familiares e camponesas como “sistemas mistos”

Minhas pesquisas consideram a aplicação da teoria da reciprocidade em sistemas mistos, mais particularmente no âmbito das comunidades rurais e da agricultura familiar onde as relações de reciprocidade e de troca coexistem.

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de formas de relação e articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade: i) justaposição de mundos paralelos, ii) complementaridade reversível; iii) contradição, com dois tipos de consequência : paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra.

Portanto, a coexistência pode se dar de maneira paralela e separada; pode ser mediante tensões por conta do antagonismo de sistema; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca.

De fato, a contribuição da teoria da reciprocidade para a análise das agriculturas familiares e camponesas se situa primeiro no plano epistêmico, sem hipotecar da natureza das prestações e relações plurais que correspondem a essas formas típicas de sistemas mistos.

Por isso, deve-se ter o cuidado de não encerrar as categorias como *agricultura camponesa*, ou *agricultura familiar* dentro de guetos, como nota Ploeg (2008) a propósito de certas tendências dos *Peasant studies*. Mas mesmo se o universo camponês foi bem reduzido, em particular nos países do Norte, sua diversidade e sua herança essencial para o futuro do planeta, conferem-lhe uma importância humana e, portanto, heurística nas ciências sociais.

A noção de sistemas mistos é explicativa. Os agricultores familiares que pertencem geralmente a esse tipo de configuração, se revelam mais prolixos quando constatarem que nos interessamos por coisas que, para eles, têm sentido e importância. É essencial não entrar em julgamentos de valor e explicitar as diferenças de natureza dos dois sistemas, mas também as diversas configurações intermediárias que podem existir entre a polaridade da troca e a da reciprocidade. São representações teóricas e, antes de tudo, ferramentas de análise. Por suposto não vamos pedir aos agricultores ou a outros atores sociais de quais estruturas

elementares de reciprocidade eles participam. Em compensação, fazendo as perguntas certas a partir de hipóteses construídas pela observação, torna-se possível identificar essas relações, os valores materiais e éticos específicos que elas geram e os projetos humanos que elas subentendem. Daí pode-se deduzir se tal ou tal relação ou prestação revela uma estrutura de reciprocidade ou não, e de que natureza. Para analisar essas situações de interface, as contradições ou as articulações possíveis, é preciso compreender e, portanto, estudar como funcionam os mercados, as redes, as decisões políticas, os programas de desenvolvimento além das unidades familiares e das organizações dos agricultores. Da mesma forma, no nível das unidades familiares, trata-se de compreender os sistemas de parentesco, as representações, mas também, o funcionamento dos sistemas técnicos de produção e de gestão dos recursos naturais.

Dito isto, as dificuldades concretas das comunidades e das organizações rurais se situam sobretudo na interface com o mundo da troca. A interface pode ser imposta pela própria comunidade, se ela for suficientemente forte para manter vivas as regras de reciprocidade no seu seio e com o seu entorno. Ainda é, às vezes, o caso na África, na Oceania, na Amazônia ou nos Andes. Mas, geralmente no marco da extensão e valorização quase exclusiva do individualismo liberal e da lógica mercantil, o confronto leva a vantagem da lógica de troca. Portanto, muitas vezes, essa interface deve ser proposta ou imposta por uma autoridade reguladora, por exemplo, o Estado, mediante dispositivos jurídicos (constituição, leis) ou políticos: as políticas públicas e os seus instrumentos.

2. 2. Reciprocidade e análise das políticas públicas

Articulação de sistemas e políticas de regulação

Esta temática abre um novo campo de pesquisa e de aplicação na área das políticas públicas. Trata-se em particular das políticas de regulação (meio ambiente, comercio, gestão fundiária), de tributação (legislação tributaria e distribuição, transferência de renda, renda de cidadania) e das políticas de investimento: equipamentos públicos, manejo das infra-estruturas comuns.

De fato, certos desses dispositivos de interface apresentam limites ou entraves para serem eficientes. As interfaces de sistemas baseadas apenas nas regras das comunidades de reciprocidade sofrem da falta de existência legal ou jurídica ao exemplo da ausência de estatuto da comunidade rural no Brasil, mas também dos dispositivos de uso da terra (faxinais, fundos de pasto, práticas de meia e de arrendamento) (Sabourin et al, 2005, Sabourin e Caron, 2009).

As legislações nacionais e em particular as constituições carecem de dispositivos de aplicação (decretos ou regulamentação) ou de controle e de fiscalização (Sabourin, 2009b). Nesse contexto, o papel das políticas públicas como instrumentos de interface, ou de articulação entre os dois sistemas (troca e reciprocidade), tornou-se essencial. Considero em particular as políticas de regulação do comércio no Brasil. Por exemplo, será interessante acompanhar a aplicação e a evolução do Sistema nacional de comércio justo e solidário nesse país (SENAES, 2008), em particular em comparação com a dinâmica construída em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (Delgado et al, 2007). Uma das dificuldades das políticas de economia solidária, ligada a suas bases teóricas, é precisamente a questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade, e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada).

As políticas territoriais

As recentes abordagens territorializadas das políticas públicas ambientais (preservação dos recursos naturais) e de desenvolvimento regional repousam na ação pública, quer dizer nas interações entre a ação coletiva e os poderes públicos.

As análises dessas políticas no caso do Brasil (Duarte et al, 2009; Ávila et al, 2010) mostram três principais tipos de limites:

- uma avaliação insuficiente das conseqüências da assimetria de poder e de capacidades entre o setor popular, o setor privado e os poderes públicos nos conselhos e espaços de negociação;
- uma confusão entre planejamento ascendente (elaboração de projetos locais ou regionais) e avaliação pública (fiscalização dos resultados dos programas e das ações);
- uma dificuldade em identificar os projetos de natureza territorial a partir das iniciativas locais, por conta de uma leitura pela única lente do desenvolvimento da troca.

Os trabalhos comparativos sobre a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais constituem, entre outros, um bom exemplo da contribuição da teoria da reciprocidade para tratar da produção do bem comum, seja através da produção de bens públicos locais ou do manejo compartilhado dos recursos comuns (Sabourin, 2008c e 2010).

2.3. Reciprocidade e alternativas de políticas públicas

Quando o sistema de troca é dominante, como no Brasil, a interface pode ser instituída pelo Estado através da legislação, por exemplo, no caso das leis de regulação fundiária ou dos recursos naturais (terras, água, florestas, pastos). O Estado ou as coletividades territoriais podem também elaborar políticas ou dispositivos públicos assegurando esse tipo de interface por meio de diversos mecanismos de regulação (Sabourin, 2009).

Mostrei o interesse do reconhecimento e do apoio público às estruturas e dispositivos locais dos atores rurais que asseguram a gestão ou a produção de bens comuns ou públicos na base de relações de reciprocidade. É o caso do manejo de terras e equipamentos coletivos, dos recursos comuns (água, florestas, biodiversidade) e dos bens públicos locais: informação, inovação, educação, patrimônios culturais e ecológicos, saberes locais e indígenas, etc (Sabourin, 2007 e 2008b; Sabourin et al, 2005).

Ao nível internacional, tais políticas de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade correspondem ao espírito dos acordos comerciais preferenciais ou compensatórios, assim como aos programas de comércio justo (SENAES, 2008; Sabourin, 2009).

A qualificação e a certificação dos produtos oferecem um exemplo de dispositivo coletivo que pode criar uma fronteira de sistema ou uma territorialidade de reciprocidade, protegendo certos produtos locais ou regionais da concorrência da troca capitalista (Temple, 2003; Sabourin, 2009).

A política de qualificação, em si, limita os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista e pode contribuir para a construção de territórios de reciprocidade. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores para transformá-los em serviço mercantil de verificação. Mas, de fato, para produtos agro-alimentares, a sanção é primeiro a do consumidor e a garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

No Brasil, existem, portanto, cada vez mais, iniciativas de implantação de sistemas de co-certificação ou de certificação de grupos ou chamada participativa entre produtores e consumidores (Medaets e Medeiros, 2004).

Tais instrumentos oferecem uma alternativa em termos de estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Eles são particularmente adaptados para as políticas valorizando a

multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais, os serviços ambientais e os atributos específicos dos territórios (Cazzella et al, 2009).

De fato, em termos de política pública, facilitar ou garantir o funcionamento, a reprodução, ou mesmo a modernização dos dispositivos coletivos dos agricultores manejando recursos comuns ou produzindo bens públicos locais, apresenta várias vantagens mútuas.

Para o Estado, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços mediante uma política pública formalizada. Para as organizações rurais e camponesas, esse apoio é bem vindo, pois reforça suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma.

Tal política remete ao conjunto das medidas de reconhecimento (jurídico, político, territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) visando garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão desses dispositivos.

Essas prestações são assumidas pelos agricultores por necessidade; entretanto, além do apoio à produção, elas garantem outras funções de interesse coletivo: preservação da floresta, da biodiversidade, das águas, etc.

Podemos medir o quanto pesquisas nesse campo abrem novas perspectivas capazes de propor estratégias concretas de desenvolvimento realmente sustentável, de eco ou etno-desenvolvimento baseadas nos saberes e práticas locais. Aplicações nesse campo permitiriam negociar alternativas viáveis em matéria de proteção das produções regionais ou nacionais ou de direitos em produzir.

Considerações finais e perspectivas: crítica da alienação e reciprocidade

Um potencial de contribuição importante para a análise das políticas públicas e da ação do Estado reside na questão da identificação das formas de alienação específicas às lógicas de reciprocidade. É um aspecto que não está sendo tratado pela teoria da dádiva.

A dupla leitura dos princípios econômicos (reciprocidade e troca ou dádiva e mercado) deve ser completada por uma dupla leitura das suas formas de alienação. No caso contrário, não existe possibilidade de crítica e de correção.

Frente ao desenvolvimento do clientelismo e do populismo na América latina, precisa-se dessa dupla análise para sair do impasse da crítica pela única razão da lógica ocidental.

Além do mais, deve-se evitar uma idealização das práticas e dos sistemas de reciprocidade. Assim como a troca capitalista, eles conhecem alienações perigosas. No entanto, essas alienações são de natureza diferente daquelas da economia de troca (a exploração capitalista).

Por outra parte, foram pouco estudadas e, então, criticadas, salvo raras exceções (Geffray,

2007). Em primeiro lugar, é necessário estabelecer a crítica dessas formas de alienação. Se os perigos ligados à centralização da redistribuição ou à assimetria da reciprocidade (dádiva agonística, paternalismo, clientelismo, etc.) são conhecidos e fazem objeto de estudos, como no caso do Brasil (Lanna, 1995), necessitam ainda ser sistematizados e analisados a partir da perspectiva da teoria da reciprocidade (Sabourin, 2009b).

De fato, a crítica da exploração capitalista é inoperante em face de esse tipo de alienação específica dos sistemas de reciprocidade ou dos sistemas mistos (Sabourin, 2008a). Essas situações são particularmente graves nos países do sul onde coexistem os dois sistemas. Pois, na falta de crítica adaptada, entra-se no círculo vicioso da conjunção das alienações dos dois sistemas: exploração capitalista e opressão paternalista, como identificado no Brasil (Sabourin, 2008b). Outras formas de alienação dos sistemas de reciprocidade ligadas à fixação dos estatutos (classes e castas) ou de fechamento da reciprocidade dentro de imaginários totalitários (religiosos, ideológicos ou racistas) ganhariam também ser reconsiderados sob o ângulo da teoria da reciprocidade.

Bibliografia

- ANSPACH Mark. **A charge de revanche**. Figures de la réciprocité. Paris: Seuil, 2002.
- AVILA, Mario; SABOURIN Eric, MASSARDIER, Gilles; DUARTE Laura, Redes e poder na política de desenvolvimento territorial brasileira: a paradoxal contribuição da assistência técnica, **4º Encontro da Rede Rural**, Curitiba, julho de 2010.
- BOURDIEU Pierre. **Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action**. Paris : Le seuil, 1994,
- CAILLE Alain. **Don, intérêt et désintéressement**. Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres, Paris : La découverte, 1994, 340p
- CAILLE Alain, **Anthropologie du don Le tiers paradigme** Paris : Desclée de Brouwer, 2001.
- CASTEL Odile, La réciprocité : principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution, in Colloque **L'économie au service de la société**, Dakar, PEKEA & CODESRIA, 2006, 13p
- CAZELLA Ademir, BONNAL Philippe, MALUF Renato. **S. Agricultura familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**, Rio de Janeiro: Mauad Ed. Nead, 2009, 301p
- DELGADO, G. Carlos; JUNIA C.; JADER J.O, Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, nº 0, 2007:18-39
- DUARTE Laura, SABOURIN Eric, ÁVILA Mario; MASSARDIER Gilles, Participação dos atores sociais e territorialização do desenvolvimento rural no Brasil, **XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**, Recife, 2009
- GEFFRAY Christian **A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro**, Rio de Janeiro : Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007, 230 p.
- GODBOUT T. Jacques **Le don, la dette et l'identité**, Paris : La Découverte/MAUSS, 2000.
- GODOI, Emilia Pietrafesa, Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do Sertão, in GODOI, E.P; MENEZES, M.A & MARIN, R A (orgs), **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Vol II Estratégias de reprodução social** São Paulo, Ed.UNESP, Nead, 2009, pp 289-302.

- LANNA, Marcos. **A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, 249p.
- LAVILLE Jean Louis (dir) **L'économie solidaire: une perspective internationale**, Paris : Desclée de Brouwer, 2000, 343p.
- LEVI-STRAUSS Claude **Les structures élémentaires de la parenté**, La Haye : Mouton, [1949] 1967.
- MARTINS Paulo Henrique (org), **A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social**, Petrópolis: Editora Vozes, 2002, 205p.
- MARTINS Paulo Henrique ; NUNES FERREIRA Brasilmar (org) **A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004, 241p.
- MARTINS Paulo Henrique ; CAMPOS Regina Bruno, (Org) 2006. **Polifonia do Dom**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2006. 332 p.
- MAUSS, Marcel "Ensaio sobre a Dádiva", In: **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac e Naify. [1924] 2003.
- MEDAETS J. P. ; MEDEIROS J. X. A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In **XLII Congresso da SOBER**, 2004
- MENEZES, Maria Aparecida de. A reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato, in MARTINS. P H & CAMPOS B C, **Polifonia do Dom**, Recife: Ed. UFPE, 2006, pp 209-234
- OLIVEIRA LIMA, Maria de Socorro, DUQUE Ghilaine. Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano, **XXIV Reunião Brasileira de Antropologia**, Olinda, 2004. 20p.
- PLOEG Jan Douwe Van der **The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization** London: Sterling, Earthscan, 2008, 356p.
- POLANYI Karl, **La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps**, Paris : Gallimard, [1944] 1983, 420p.
- POLANYI Karl, ARENSBERG Conrad (dir). **Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory**, New York: The Free Press, 1957.
- RADOMSKY Guilherme. F W, SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, 22, 2007, pp 249-284
- SABOURIN Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes, Revista de Ciências Sociais**, n° 20: 1999, pp 56-64
- SABOURIN Eric, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, **Tomo, Revista de Ciências Sociais** v 7, 2004 (7) : 75-104
- SABOURIN Eric; DUQUE Ghilaine, DINIZ, Paulo C, OLIVEIRA LIMA Maria do Socorro, FLORENTINO Laurence. Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** , 22, 2005: 293-307, Brasília
- SABOURIN Eric, Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in SCHNEIDER S (org.) **A diversidade agricultura familiar**, UFRGS, Porto Alegre, 2006, pp 108 -132
- SABOURIN Eric Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Sociedade e Estado.**, set./dez. 2007, vol.22, n°.3, p.715-751
- SABOURIN Eric, Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil in **Lusotopie**, n° 15, vol 2, pp 231-234 2008b
- SABOURIN Eric, Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro, **Revista Tempo da Ciência**, Vol. 15, n° 29: 57-72 2008c.
- SABOURIN Eric, **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009a.

- SABOURIN Eric. **Organisations et sociétés paysannes, une lecture par la réciprocité.** Dossier scientifique présenté pour l'HDR de sociologie anthropologie. Paris : IEDES, Université Paris 1, Panthéon Sorbonne, 2009b. Vol 2 (Synthèse théorique) 259p.
- SABOURIN Eric, CARON Patrick, Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia, in GODOI, E.P; MENEZES, M.A & MARIN, R A (orgs), **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Vol II Estratégias de reprodução social** São Paulo, Ed.UNESP, Nead, 2009, PP 89-115
- SABOURIN Eric. Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos naturais no Nordeste. *Cadernos do CRH*, v 23, N° 58, jan/abr 2010, pp 5-18, Salvador
- SENAES, Sistema Nacional de Comercio Justo e solidário, 2008
http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao_sistema.asp
- TEMPLE Dominique ; CHABAL Mireille, **La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine**, Paris : l'Harmattan, 1995, 263p.
- TEMPLE Dominique, L'économie humaine *Revue du MAUSS* n°10, (1) 1997:103-109
- TEMPLE Dominique, Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) 1998: 234-242,
- TEMPLE Dominique, **Teoría de la Reciprocidad**. La Paz : PADEP/ GTZ, 2003, 3 Tomos